

CAPÍTULO 09

ANÁLISE COMPARATIVA: ORGANIZAÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO PARTIDÁRIO – PT, DEM, PSDB

Marta Zorzal e Silva¹

Jessica Kamille Cruz Simões²

Luana Puppim Pratti³

Nayara Régio Pestana⁴

Contemporaneamente falar da crise dos partidos políticos e dos mecanismos de representação via partidos políticos tornou-se lugar comum tanto no âmbito da discussão acadêmica como no debate público. Entretanto, nas democracias modernas os partidos continuam sendo um dos atores fundamentais dos sistemas políticos. Neste sentido, Anastasia e Nunes (2006) destacam o papel da representação político-partidária nos seguintes termos:

(...) foi a invenção da representação que permitiu a vigência da democracia nas sociedades contemporâneas, que são complexas e heterogêneas, compostas por milhões de pessoas e atravessadas por múltiplas clivagens e fontes plurais de formação de identidades coletivas (ANASTASIA e NUNES, 2006, p. 17).

Os partidos enquanto atores relevantes da arena política emergiram no cenário social somente a partir da era moderna. Sua origem está ligada ao processo de complexificação das sociedades, portanto, à diversificação de demandas e interesses sociais e ao reconhecimento do direito à participação política. De acordo com Lapalombara e Weiner (1966) os partidos políticos surgiram quando as atividades do sistema político alcançam certo grau de complexidade, ou quando a noção de poder político incluiu a idéia de que a sociedade deve participar ou ser controlada. Nessa mesma linha de argumentação Sartori (1982) ressalta que os partidos passaram a ser aceitos a partir do momento em que se reconheceu que a diversidade e a dissensão não são necessariamente incompatíveis com a ordem política estável e nem

¹Doutora em Ciência Política, pela USP-SP, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS e em Saúde Coletiva da UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP/NEPCS e segunda Líder – OPPP / PPGADM / UFES.

²Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES;

³Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES;

⁴Graduanda em Ciências Sociais, bolsista de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES;

necessariamente a perturbam. Destaca ainda que os partidos são frutos do pluralismo e encontram sua razão de ser e seu papel na implementação do governo representativo e sensível. Portanto, os partidos tornaram-se meio de expressão de forças sociais e políticas que se desenvolveram junto com o processo de democratização do poder político.

Embora os estudos sistemáticos sobre os partidos políticos, sejam recentes, eles compõem um vasto e complexo acervo, que do ponto de vista da ciência política procura elucidar um conjunto de questões que podem ser sintetizadas nos seguintes eixos: a) o que é um partido político; b) como surgiram os partidos políticos, c) quais os tipos de partidos políticos, d) qual a função do partido político, e, e) quais os tipos de sistemas partidários (SELL, 2006, p.151). Considerando que o objetivo da presente análise é demonstrar os traços identitários, principais estratégias e desafios, assim como os valores veiculados e as práticas de três partidos políticos — PSDB, DEM e PT, no Espírito Santo — o foco desse tópico está voltado a extrair da literatura referências teóricas concernentes aos seguintes eixos: definição (conceituação), função e origem dos partidos (forma de constituição) com a finalidade de fundamentar a análise.

No que concerne à conceituação a literatura centra-se nas características que distinguem os partidos políticos de outros grupos políticos formais, como os grupos de pressão, movimentos sociais, ONGs e outras organizações de cunho político. Entre as definições clássicas está a conceituação elaborada por Max Weber que, assim se expressa:

Partidos são, em sua essência mais íntima, (...) organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou pelo contrato. Seu objetivo é, hoje, e sempre a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos ou em corporações com voto (WEBER, 1999 [1922] *apud* SELL, 2006, p.156.).

Por outro lado, também é ressaltada a importância e a função dos partidos políticos no interior do sistema político. Nesse sentido, segundo Sartori (1982) a função geral dos partidos é exercerem o papel de mecanismo de comunicação entre a sociedade e o Estado. Para tanto atuam, sobretudo em três espaços distintos: a) espaço social; b) espaço eleitoral; e c) espaço governamental. Desse modo, as funções dos partidos se traduzem nas seguintes tarefas principais: a) representar e expressar os interesses da sociedade; b) participar e organizar a disputa dos candidatos pelos votos dos eleitores, c) exercer o governo do Estado.

Em relação ao modo como os partidos são constituídos, uma das teorias mais conhecidas é a formulada por Maurice Duverger (1970, [1951]) que localiza nas diferentes formas de organização os fatores que diferenciam os partidos. Duverger destaca que há duas maneiras de um partido ser criado: uma de origem parlamentar ou interna, isto é, grupos que se formam no interior do parlamento e se expandem para a sociedade, sobretudo nos períodos eleitorais, momentos em que organizam comitês eleitorais, constituindo assim uma estrutura organizativa direta: eleitor-partido; e a outra de origem social ou externa, isto é, os partidos se formam na própria sociedade nasce a partir de segmentos externos aos quadros parlamentares e eleitorais: clubes populares, sindicatos, sociedades de pensamento, movimentos sociais, entre outros, constituindo desse modo, partidos com estrutura indireta: eleitor-organização-partido. Além disso, estabelece distinção entre partidos de quadros e partidos de massa. Enquanto os primeiros caracterizam-se por serem organizações compostas por líderes notáveis ou pelas classes aristocráticas, os segundos pelo fato de se organizarem a partir dos diversos segmentos da sociedade de forma ampla e inclusiva.

Por sua vez, Panebianco (2005) ressalta que a distinção estabelecida por Duverger da conta apenas em parte da questão, na medida em que não explicita as diferenças organizativas que se registram entre partidos de mesma origem, seja ela interna ou externa. Assim, ancorado em um grande número de pesquisas históricas sobre a gênese de um grande número de partidos argumenta que:

Os caracteres organizativos de um partido dependem, dentre outros fatores, da sua história, de como a organização nasceu e se consolidou. As modalidades de formação de um partido, os traços que sustentam sua gênese, podem de fato exercer uma influência sobre as suas características organizativas, mesmo depois de décadas. Toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, as decisões que 'modelaram' a organização (Panebianco, 2005, p. 92)

Panebianco (2005) sublinha, ainda, que a constituição de um partido, geralmente é um processo complexo que consiste na aglutinação de uma pluralidade de grupos políticos, às vezes extremamente heterogêneos. As especificidades que marcam esse processo fazem do modelo originário uma trajetória histórica particular que caracteriza a organização partidária. Apesar desses fatores, ressalta que é possível identificar algumas condições particulares cuja ausência ou presença permite estabelecer uniformidades ou diferenças nos modelos de origem dos partidos. Nesse sentido

considera que três conjuntos de fatores podem contribuir para gênese marcando as diferenças entre eles.

O primeiro conjunto refere-se ao modo pelo qual se iniciou ou se desenvolveu a construção da organização partidária. Esta pode se desenvolver por *penetração* territorial ou por *difusão* territorial ou, ainda, por uma combinação de ambas as modalidades. Ocorre *penetração* quando um “**centro**” controla, estimula e dirige o desenvolvimento da periferia, na formação das associações locais e intermediárias do partido. Ao contrário ocorre *difusão* territorial quando o desenvolvimento se dá por “**germinação espontânea**”: inicialmente são as elites locais que constroem as associações partidárias e, somente, num segundo momento essas associações são integradas numa organização nacional. Tal modalidade, no entanto, não corresponde ao modelo interno / externo de Duverger, pois o desenvolvimento por difusão ou por penetração pode caracterizar ambas as formas definidas por Duverger (Ibidem, p.94).

O segundo conjunto de fatores refere-se à presença ou a ausência de uma instituição externa que **promova** o nascimento do partido. A presença ou a ausência da instituição externa muda a fonte de legitimação da liderança. Se há uma instituição externa (por exemplo, uma igreja ou um sindicato) duas consequências podem ocorrer: a) as lealdades organizativas que se formam no partido são *lealdades indiretas*, na medida em que se voltam em primeiro lugar para instituição externa, e secundariamente para o partido (legitimação externa); b) a instituição externa é a fonte de legitimação da liderança e como tal faz pender para um lado ou para outro a disputa interna pelo poder (legitimação interna) (Ibidem, p.96-97).

O terceiro conjunto de fatores é dado pelo caráter carismático ou não da constituição do partido. Embora os componentes carismáticos estejam sempre presentes na relação líderes e seguidores, a formação de um partido sempre possui elementos mais ou menos intensos de efervescência coletiva em que o carisma emerge de uma forma ou de outra. Todavia, Panebianco chama atenção para duas diferentes modalidades assumidas pelo carisma. A situação em que o partido é formado por líderes que se colocam como os idealizadores e interpretes incontroversos de um conjunto de símbolos políticos (componentes messiânicos presentes na situação de carisma “puro”), resultando que não se pode conceber o partido sem referência aos seus líderes fundadores (ex. Partido Nacional-socialista, Partido Fascista, etc.). Outra é aquela situação derivada de determinadas circunstâncias históricas cuja conjuntura de intenso estresse social predispõe as pessoas “(...) a perceber como extraordinariamente qualificada e a seguir com lealdade entusiástica uma liderança que oferece um caminho de salvação para a situação de estresse”. Nesse caso, trata-

se, segundo Panebianco de “carisma situacional”, na medida em que “um líder cuja personalidade não é de tendência messiânica, (porém) evoca uma resposta carismática simplesmente porque oferece, em tempos difíceis, uma liderança que é sentida como recurso e meio de salvação”. A diferença entre o carisma puro e o carisma situacional está no fato de que, no segundo caso, o líder detém uma capacidade menor de plasmar a organização de acordo com sua vontade e seu arbítrio. O partido não é simplesmente uma organização do líder, mas nasceu de uma pluralidade de estímulos e impulsos, o que permite que outros agentes garantam para si um certo grau de controle sobre as zonas de incerteza da organização (Ibidem, p. 98-99).

Outro elemento de fundamental importância no estudo dos partidos políticos é a sua vinculação a correntes ideológicas, ao longo do espectro esquerda-centro-direita, o que permite a diferenciação dos mesmos na cena política. Desse modo, as circunstâncias em que os partidos se formam as crenças políticas de seus líderes e membros, as políticas que defendem e/ou implementam e as articulações que realizam são os indicadores que evidenciam o lugar que cada um ocupa no espectro ideológico⁵.

Vale ressaltar, todavia, que ao longo do século XX, grandes mudanças sociais e políticas vieram ocorrendo, o que produziu sobre o desenvolvimento das instituições e organizações do mercado, da sociedade civil e do poder político (partidos e Estado) profundas modificações. Desse modo, a reflexão teórica sobre os partidos políticos foi em grande medida “orientada pelos dilemas que contrapõem as transformações do sistema político ao desempenho das organizações diante das novas alternativas de representação, da sua capacidade de gestão das sociedades e da adaptação ao cenário contemporâneo” (MENEGUELLO, 1998, p. 25). Os críticos atribuem diversos fatores para o declínio dos partidos políticos na atualidade destacando-se dentre eles a crise mesma da representação, a midiaticização dos processos políticos eleitorais (entendido como a predominância da cultura audiovisual nas relações sociais e, particularmente, nas de poder); o *encastelamento* das elites, a apatia política dos cidadãos em geral e o concomitante declínio do comparecimento eleitoral; a ampliação da desconfiança dos cidadãos com relação às instituições políticas, a burocratização das estruturas partidárias e o conseqüente esvaziamento dos partidos, entre outras mazelas, o que evidencia a perda pelos partidos do monopólio da organização da

⁵ O termo ideologia está sendo utilizado no sentido de um sistema organizado de crenças políticas, isto é, idéias e valores que orientam e estruturam comportamentos políticos que dizem respeito à ordem pública. Está é uma definição apenas operacional, considerando que o conceito de ideologia possui larga tradição no debate das Ciências Sociais.

representação política na sociedade contemporânea⁶ (MIGUEL, 2003, MENEGUELLO, 1998).

Apesar das transformações ocorridas nas sociedades e nos sistemas de representação política e o fato delas impactar sobremaneira um dos elos mais importantes do processo democrático, os partidos continuam sendo os agentes centrais da conexão entre cidadãos e os governos democráticos. No campo dos processos decisórios e de gestão da sociedade eles atuam como os agregadores de interesses e articuladores das questões na agenda pública, definindo agendas governamentais e influenciando o processo de elaboração das políticas públicas. Nessa direção, de acordo com Meneguello (1998, p. 26) “partidos e governos democráticos são indissociáveis pela garantia da responsividade à sociedade e imprescindíveis ao seu funcionamento”.

9.1 - Qualificando o processo de constituição dos sistemas partidários no Brasil

Parte da literatura que trata dos partidos políticos no Brasil, em geral, compartilha o argumento de que as organizações partidárias brasileiras são instituições frágeis. Tendo como referências as concepções clássicas dos modelos discutidos por Duverger (1970), Sartori (1982), Michels (1982) entre outros, estes estudos convergem em relação à idéia de que nossos partidos são organizações que se constituíram em condições políticas restritivas com autonomia limitada dos atores sociais, o que resultou na baixa capacidade de organização e funcionamento para se estruturarem como legítimas organizações representativas⁷. Nesse sentido, sobretudo a literatura que trata dos sistemas partidários constituídos no Brasil desde 1889 até 1985 – período em que se formou seis sistemas partidários – de um modo geral destaca quatro grandes conjunto de fatores que contribuíram para gerar a referida configuração de fragilidade.

Meneguello (1998, p.29-31) sistematiza esses quatro conjuntos de fatores nos seguintes termos: a) aqueles relacionados ao grau de descontinuidade dos partidos e dos sistemas partidários formados entre 1889 e 1985; b) aqueles relacionados à complexidade das formações partidárias, as quais derivam: de um lado, da heterogeneidade regional política e cultural brasileira, condicionada pelas dimensões continentais do país; de outro, do baixo grau de estruturação interna dos partidos,

⁶ Sobre o declínio dos partidos políticos na contemporaneidade ver, entre outros: Meneguello (1998), Manin (1995)

⁷ Ver, entre outros: SOARES (1973); FLEISCHER (1981); LAMOUNIER & MENEGUELO (1986); KINZO (1993); MAINWARING & SCULLY (1995).

considerado uma conseqüência da sua fragilidade institucional; c) aqueles vinculados à constatação de que, na história política do país, desde 1889, a quase totalidade das organizações partidárias é caracterizada por um perfil organizacional frágil e não traduz experimentos de interesses articulados com forte enraizamento social; d) aqueles que decorrem do papel predominante do Estado na organização e na representação de interesses. Meneguello destaca que entre esses quatro conjuntos de fatores o último tem sido considerado fundamental para o entendimento da organização e do funcionamento dos partidos e dos sistemas partidários em todo o período. Desse modo, argumenta que a idéia da fragilidade dos partidos e da contínua debilidade dos sistemas partidários resulta, em parte, das limitações impostas pelo Estado à dinâmica de organização de interesses sociais. Ressalta ainda que este é o eixo explicativo principal da maioria dos estudos sobre os partidos no Brasil.

Considerando que os eixos de reflexão mencionados alimentam uma concepção negativa sobre os partidos ao mesmo tempo em que afirma seu subdesenvolvimento e negligencia o papel que exercem na esfera governamental, Meneguello propõem redimensionar a noção de desenvolvimento partidário, para estudar o sistema que se forma a partir de 1985. Para tanto, centra o eixo de sua investigação no estudo da participação dos partidos na composição dos governos federais entre 1985 e 1997. Desse modo, estuda as relações entre os partidos e os governos buscando identificar as áreas de intersecção entre os sistemas decisórios e de representação em um sistema político democrático. Com essa perspectiva busca “identificar as formas de influência dos partidos na formação e no funcionamento dos governos, o grau de relações existentes entre o poder executivo e o poder legislativo e a capacidade de representação dos governos ante o tamanho das forças partidárias” (MENEGUELLO, 1998, p. 33).

Com este enfoque a autora chega a importantes conclusões sobre a dinâmica dessas relações no Brasil. Assim, destaca, em primeiro lugar, que “os partidos exercem papel central na organização e funcionamento do poder executivo”. Pois, a análise dos cinco governos constituídos⁸, no período, demonstrou que

... a dinâmica de coalizões partidárias compostas pelas maiores agremiações no Congresso e caracterizadas por um significativo grau de coerência ideológica, constitui a fórmula dominante para a sua organização e é um aspecto fundamental das relações entre os poderes legislativo e executivo (MENEGUELLO, 1998, p. 165).

⁸ A autora considerou os seguintes governos: Tancredo Neves: janeiro – março / 1985; José Sarney : março de 1985 – dezembro de 1989; Fernando Collor: janeiro de 1989 – setembro de 1992; Itamar Franco: outubro de 1992 – dezembro de 1995; Fernando H. Cardoso: janeiro de 1995 – maio de 1997.

Ressalta ainda que essa fórmula dominante responde:

... a uma lógica partidário-parlamentar, expressa através de uma proporcionalidade aproximada entre a representação dos partidos no Congresso e a participação dos partidos no governo, pela qual as coalizões governamentais traduzem a organização do sistema partidário (MENEGUELLO, 1998, p. 165).

Em segundo lugar, a autora demonstra que “a proximidade com a arena governamental constitui para os partidos um poderoso meio de desenvolvimento”. Na verdade, ela mostra que ocorre uma dinâmica de funcionamento circular entre a arena eleitoral e a arena governamental que “define a relevância dos partidos para os governos, constituindo um círculo virtuoso de fortalecimento da organização partidária. Esse círculo virtuoso não apenas potencializa a capacidade de representação dos partidos, mas também incrementa seus recursos organizacionais” (MENEGUELLO, 1998, p. 166).

9.2 – PT, DEM e PSDB no subsistema partidário constituído no Espírito Santo

Os dados sobre o PSDB, PT e DEM, sistematizados nos capítulos precedentes sobre cada um deles, apresenta um panorama geral de suas origens e fundação, dos seus principais traços identitários, suas trajetórias e redes de articulação no estado do Espírito Santo, bem como, estratégias de atuação e princípios que defendem em suas práticas políticas entre outros aspectos. A intenção aqui é ressaltar, via comparação, os elementos que os singularizam no espectro político partidário estadual.

Fundação no estado do Espírito Santo

Do ponto de vista das origens, se olharmos com as lentes de Duverger (1970) tanto o PSDB como o Partido Democrata nasceram a partir de dissidências de lideranças de outros partidos, portanto emergiram a partir de dentro do sistema o que significa dizer, que tiveram origem interna; enquanto que o PT nasceu a partir de intensa mobilização social e sindical, inicialmente na região do ABC paulista, e em seguida em outros estados da federação, entre eles no Espírito Santo, caracterizando sua origem externa e seu caráter de partido de massa. Se, no entanto, analisarmos com as lentes de Panebianco (2005), PSDB e DEM emergiram a partir de um “centro” que estimulou o seu desenvolvimento por penetração territorial, via arregimentação de aliados em outras bases partidárias. O PT, por sua vez, nasceu por “germinação espontânea” e

seu desenvolvimento se efetuou por difusão territorial. Além disso, outra característica apontada por Panebianco pode ser identificada no PT: trata-se da presença de instituições externas como promotoras de seu nascimento (Sindicatos e Igrejas, sobretudo parte da Igreja Católica).

Relações com as bases e participação dos filiados nos processos decisórios

No que concerne à dinâmica de relações com as bases partidárias, ou seja, a democracia nas relações interpartidárias, olhando comparativamente para as três agremiações é possível alinhá-las no sentido daquela que favorece maior participação e inclusão para aquela em que essa dimensão é mais restrita. Desse modo, temos em primeiro lugar o PT, em segundo o PSDB e em terceiro o DEM. No que diz respeito às formas de estabelecimento de vínculos com a sociedade civil e de mobilização eleitoral é também no PT que as práticas de maior inserção nos movimentos sociais e nas lutas populares aparecem. O PSDB, no entanto, apesar de veicular em seu discurso a intenção de estar “próximo ao pulsar das ruas”, suas marcas de origens mais do que dificultam a concretização dessa intenção. O mesmo ocorre com o partido Democratas. Ambos privilegiam muito mais as estratégias de mobilização nos momentos eleitorais, por meio de campanhas de massa, via recursos de mídia, e a atração de lideranças emergentes capazes de construir vínculos com as bases eleitorais, do que ações no sentido de estabelecer elos diretos com a sociedade civil.

Outro aspecto analisado centrou-se na forma como os filiados, isto é, os integrantes da base do partido participam dos processos decisórios, sobretudo na definição de objetivos e estratégias para alcançá-los. Também investigamos quais são os princípios que formalmente pautam a conduta dos membros na vida interna à organização. Claro está que a participação dos membros nos processos decisórios necessita que o partido ofereça condições mínimas para tanto, tais como: reuniões freqüentes, criação de diretórios locais, convenções partidárias, mecanismos para escolha de dirigentes, fóruns de debates sobre temas de interesse, entre outros procedimentos. O quadro 01, a seguir, mostra as características destes partidos.

QUADRO 03 – PARTIDOS: PARTICIPAÇÃO INTERNA E PRINCÍPIOS QUE PAUTAM CONDUTA DOS MEMBROS

PARTIDOS	MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO	PRINCÍPIOS QUE PAUTAM CONDUTA DOS MEMBROS
PT	PED, Convenções, Congressos / Eleições Diretas de Líderes para diversas instancias decisórias	Defesa dos princípios democráticos e participativos / Código de Ética / Diretrizes definidas em Assembléias / Estatuto do Partido
DEM	Núcleos municipais, Diretórios, Executiva / Líderes decidem	Defesa princípios liberais / Diretrizes definidas pelas Executivas / Estatuto do Partido
PSDB	Núcleos municipais, Diretórios, Executiva / Líderes decidem	Defesa princípios liberais e democráticos / Diretrizes definidas pelas Executivas / Estatuto do Partido

Fonte: Capítulos: 06, 07 e 08 (p.98 a 175)

Dessa perspectiva, verifica-se que no PSDB existe dificuldade para implementar a participação cotidiana e freqüente dos membros nas atividades intrapartidárias. A participação se dá com mais veemência nas atividades de mobilização eleitoral. A visão do partido é expressa na idéia de que ele necessita ocupar cargos eletivos para por em prática seus projetos e programas. Por sua vez, para o DEM a questão da participação interna não comparece como uma questão a ser tratada. Tanto nas entrevistas, quanto no estatuto, a noção de participação dos membros está pautada na idéia de “obediência” as diretrizes políticas estabelecidas pela executiva. Entendem que participar significa filiar-se e não necessariamente participar das atividades administrativas e políticas da organização. Em ambos os partidos a prática da participação não é prioritária o que se revela na quase ausência de mecanismos que estimulem seus membros a atuarem de maneira efetiva nas tomadas de decisão. Na verdade, podemos afirmar que as práticas desses dois partidos (PSDB e DEM) se identificam com o modelo de democracia elitista, tal como teorizado por Schumpeter (1984). Este apresenta como características fundamentais: restrição à participação popular e supervalorização do mecanismo de representação via elites políticas.

O Partido dos Trabalhadores (PT), ao contrário, tem desde seus vínculos de origem ligados ao movimento popular e sindical, suas redes e mecanismos para viabilizar a participação ativa de seus membros, a qual não se restringe apenas aos momentos eleitorais a fim de alcançar cargos públicos. Antes disso, os membros e lideranças, em geral, tem suas raízes ligadas a uma trajetória de atuação em movimentos sociais, sindicais, etc., cujas práticas perpassam suas ações, seja na militância e mobilização do partido, seja nas instâncias decisórias. Características estas que o qualifica como defensor da democracia participativa, onde, a representação é vista como atributo da soberania popular.

9.3 – Princípios e valores que pautam as condutas dos membros

No que se refere aos princípios e valores que pautam a conduta dos membros, observamos similaridades nos discursos coletivos dos três partidos estudados. Todos os três afirmam que o comportamento desejável para permanência no partido é que os membros atuem em consonância com valores éticos e morais ilibados, além, é claro, de seguir as diretrizes partidárias. Com a finalidade de melhor apreender o que cada partido concebe como sendo práticas ilícitas, de corrupção e de improbidade administrativa perguntamos o que consideram como sendo atos dessa natureza⁹.

De um modo geral todos os três partidos entendem que a corrupção é todo ato praticado que fere o erário público para atender interesses privados. Todavia, a análise de seus discursos evidencia nuances distintas de entendimento em cada um deles. Desse modo, para os petistas, a noção de corrupção não está restrita apenas a esfera pública, mas também está presente na vida privada dos cidadãos, por exemplo, quando estes se beneficiam em vantagem a outrem. O discurso petista, a seguir, mostra essa visão:

A corrupção é qualquer desvio, em qualquer nível que não seja em benefício do interesse público, interesse da população. Desvios de recursos, de conduta, descumprimento de leis, de normas, o PT considera isso como corrupção. É qualquer ato lesivo para as pessoas. Tudo o que lesa diretamente ao outro, ao próximo, é corrupção. E também é corrupto aquele que aceita corrupção. (DSC: PT - entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Os democratas, por sua vez, consideram qualquer uso indevido de recurso ou de cargo público como corrupção, tendo em vista que tal atitude prejudica o funcionamento das instituições públicas. Possuem uma noção mais limitada ao âmbito formal da vida pública, especialmente no que diz respeito às pessoas que ocupam cargos ou exercem alguma função pública. Senão vejamos o DSC a seguir:

Corrupção é todo ato que a pessoa comete que atente contra a honorabilidade de seu mandato. E também que venha a causar prejuízos à coisa pública, ou uso indevido do dinheiro público, ou a percepção de vantagens, através do dinheiro público, usando a influência, usando o prestígio. Político tem que ser político sério, político honesto. É uma pessoa corrupta quem leva vantagem de forma irregular, de forma absurda, enriquecer de forma ilícita, a partir do momento que você se apropria de dinheiro que não é seu, que é público. É aquilo que você sabe que vem sendo praticado por muitos, são os dólares na cueca, são os mensalões, os que têm usado

⁹ Entendemos que a corrupção é um fenômeno social complexo e de múltiplas facetas que pode ser verificada tanto no âmbito da vida privada como na vida pública.

o dinheiro público para interesse privado, os interesses pessoais (DSC: DEM - entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Os pessedebistas, apesar de esposar uma visão mais abrangente, traduzem suas noções ao comportamento ligado à vida pública, focalizando o âmbito da corrupção burocrática e política.

Corrupção? Bom, você tem várias maneiras de fazer corrupção, nós achamos que todo ato que foge da lei e foge da regra, é um ato corrupto, pode ser na hora de nomear parente para governo, que é o corporativismo (sic), na hora de você superfaturar obras, na hora de você tirar benefícios de situações de governo, então têm "n" práticas de corrupção (DSC: PSDB - entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2008).

Outra dimensão que investigamos foi à noção de improbidade administrativa. Vale sublinhar que esta noção está vinculada à violação ética no trato da "coisa pública". Portanto, relaciona-se a conduta antiética praticada no âmbito interno de uma dada instituição / organização, especialmente no que se refere à gestão administrativa da mesma. No caso procuramos apurar como o partido reagiria no caso de malversação dos recursos partidários. Verificamos que todos possuem mecanismos para regular o uso das finanças próprias e garantir transparência nas prestações de contas. Apesar disso, na prática observamos que nem sempre a existência desses mecanismos é suficiente para garantir maior transparência e publicização das informações. Com efeito, verificaram-se discursos dissonantes entre os membros dos partidos. Por exemplo, no PT, alguns sujeitos afirmaram que há *mecanismos de transparência e regularidade na prestação de contas*, outros alegam que *há problemas*, que os mecanismos existentes não funcionam. Vejamos os discursos:

O PT tem no seu estatuto, no seu regimento, como toda organização, uma determinação para essa prestação de contas. É de praxe que cada direção, seja ela estadual, municipal ou nacional, preste contas dos seus gastos ao conselho fiscal e essas contas ficam a disposição de todos os seus filiados. Esse é o processo. (Além disso) nós temos que prestar contas mensalmente para o TRE. (DSC: PT - entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Não há (um sistema de prestação de contas). Deveria existir com mais frequência. Pelo nosso estatuto, as contas do partido deveriam ser apreciadas com mais frequência pelos membros do conselho fiscal. É uma coisa que acontece com muito pouca frequência. Quando as contas vão para o contador, né? (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

O discurso dos Democratas alega que o partido possui mecanismos de sanção / punição interna. Além disso, destacam que caso seja comprovada a participação de

membro do partido em casos de corrupção este será punido com a expulsão; “qualquer que seja a punição está prevista na lei / estatuto”.

Para os casos de improbidades, existe um conselho de ética e fiscal que devem controlar as ações administrativas. O partido conta com mecanismos de vigilância e controle administrativos, para que haja um maior acompanhamento das finanças.

O partido possui em suas executivas estaduais e municipais a possibilidade da criação do conselho de ética, onde existem ferramentas para poder apurar irregularidades. Nós temos aqui conselho fiscal. Temos todos os mecanismos de auditoria, temos tudo (DSC: DEM - entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

O PSDB, também possui mecanismos para propiciar transparência e regularidade na prestação de contas. Entretanto, não possui código de ética que sinalize padrões de conduta à ação de seus filiados.

Quaisquer ações de improbidade [administrativa] dentro do partido [os membros] são afastadas. A questão financeira do partido tem um controle rigoroso pelo tribunal de contas da união. Por qualquer motivo as contas são rejeitadas. O partido recebe do fundo partidário, os partidos pequenos entram para receber do fundo partidário qualquer dificuldade na prestação de contas ele não recebe do fundo partidário a minha preocupação é que um bom contador faz ser aprovada mesmo que houver corrupção, ou alguma coisa assim. Na época de José Inácio o partido ficou 3 anos sem receber nada do fundo partidário, por malversação dos recursos. Teve que fazer gestão junto ao tribunal eleitoral e resolver as contas, agora está tudo em dia (DSC: PSDB - entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2008).

Como se pode perceber no discurso dos entrevistados, houve um período em que os recursos do partido não foram administrados com o rigor ético, e o partido ficou sem receber recursos do fundo partidário, momento que coincidiu com a crise no governo José Inácio (1999-2002), no Espírito Santo. Percebe-se que a principal preocupação do partido em gerir bem seus recursos é para não deixar de receber os recursos do fundo partidário. Todavia, na prática, os mecanismos de fiscalização, controle e garantia de transparência parecem não ser muito eficiente.

9.4 – Propensão para construção de alianças e/ou coalizões

A identificação, ainda que de forma precária, das principais tendências de articulações dos partidos em relação às possibilidades de fazer alianças e parcerias estratégicas

para atingirem seus objetivos, mostra, por outro lado, as afinidades de cada partido estudado¹⁰. O quadro 02 evidencia as preferências identificadas nos discursos.

Quadro 04 – Partidos: Propensão para fazer Alianças e/ou obter Apoio

PROPENSÃO	PARTIDOS		
	PT	DEM	PSDB
ALTA	Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Portuários, Sindicato da Construção, FETAES, Federação do Comércio, OAB, Transparência Capixaba, PMDB, FAMOPES, CPV, CONIC, CNBB	PSDB, PMDB	ES em Ação, Federação do Comércio, FINDES, PMDB e DEM, CPV
MÉDIA	FINDES, FAES, ES em Ação	Findes, Fecomércio, OAB, ES em Ação Transparência Capixaba	CNBB, FAES e FAMOPES.
BAIXA	PSDB, DEM	CNBB, CONIC, CPV, FAES, FETAES, Todos os Sindicatos e PT	CONIC, FETAES, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Portuários, Sindicato dos Ferroviários e PT.

Fonte: Capítulos: 06, 07 e 08.

A análise do quadro 02 evidencia, em grandes linhas, as possibilidades da rede de relações de cada partido estudado e indica as conexões mais fortes e mais fracas entre eles e as organizações da amostra.

Desse modo, podemos observar que o PT reafirma seus traços identitários ligados aos movimentos sociais, as organizações ligadas ao mundo do trabalho, as associações de moradores e ONG's. Em relação às organizações do mundo empresarial demonstrou uma propensão média para busca de apoio, enquanto que para construir coalizões o PMDB aparece como aliado prioritário, porém o PSDB e o DEM não teriam a mesma preferência do partido. Em relação ao PMDB, os entrevistados fazem questão de frisar que a aproximação resulta de necessidades estratégicas, calcadas em interesses eleitorais e governamentais para conquistar o poder político institucional.

¹⁰ Com base na amostra de 18 organizações (objeto dessa pesquisa), as quais compreendem os principais partidos políticos, organizações religiosas, federações, sindicatos, ONG's e movimentos sociais, foi perguntado aos líderes com quais delas o partido teria maior ou menor propensão para construir coalizões ou buscar obter apoio, seja para disputar eleições ou implementar políticas públicas.

Entre as lideranças dos democratas não foi possível obter consenso sobre quais organizações seriam as mais prováveis para a formação de aliança ou para obtenção de apoio. Em linhas gerais, podemos indicar que entre os partidos às alianças seriam mais prováveis com o PMDB e PSDB, visto que essas já foram feitas e fazem parte da história política do DEM; já com o PT a aliança seria improvável, principalmente devido as suas diferenças ideológicas. No que concerne às organizações do mundo empresarial e da sociedade civil, tais como a Findes, FeComércio, ES em Ação OAB e Transparência Capixaba, indicaram uma propensão média para aproximação. Já em relação às organizações do mundo do trabalho e determinadas organizações da sociedade civil a possibilidade de aproximação é baixa.

O PSDB, por sua vez, expressa maior tendência de aproximação com as organizações ligadas ao mundo empresarial, como a FINDES, ES em Ação, Federação do Comércio. No âmbito político-partidário, PMDB e DEM são os seus favoritos. Em relação às organizações ligadas ao mundo do trabalho e a sociedade civil, como sindicatos, federações trabalhistas, ONGs, etc. verifica-se um maior distanciamento do partido.

Em síntese, a análise comparativa ressalta as diferenças que caracteriza essas três organizações partidárias ao mesmo tempo em que possibilita observar a importância estratégica de cada uma no cenário político estadual. Isto, sobretudo, no que se refere à disseminação de valores e princípios que impregnam a cultura política. Ou seja, para além da *democracia eleitoral* e suas liberdades básicas, a intenção foi sondar sobre a vigência de traços da cultura política democrática presentes na formulação das agendas políticas seja no âmbito interno das organizações partidárias seja na sua articulação com a sociedade civil e com o Estado.

Concluindo, o que está em relevo é que a representação política partidária não se sobrepõe ao papel da cidadania, já que não somente o momento da autorização (cidadão como eleitor) torna-se importante, mas também o processo que envolve a autorização (a cidadania ativa na esfera pública). O direito ao voto possibilita um aprimoramento da vida política, uma vez que obriga os representantes a formularem constantemente novas agendas políticas, sem restringirem-se ao período eleitoral, favorecendo, desse modo, novas ações políticas mesmo fora desse período (URBINATI, 2006).

Essa possibilidade de interferir nas agendas políticas favorece o aperfeiçoamento democrático, uma vez que o “conflito delimitado” que caracteriza a democracia é garantido pela necessidade de que os cidadãos busquem o consenso em certos

valores ou princípios. Esse consenso pressupõe que aqueles que não conseguiram firmar suas vontades respeitarão os resultados das decisões. A representação garante aos diversos segmentos da sociedade civil a chance de se identificarem politicamente e de opinar sobre os rumos políticos da nação. Dessa maneira, os partidos políticos, além da sua importância para a garantia da “alternância dos quadros políticos e a resolução pacífica dos pleitos por sucessão”, também são relevantes por veicularem valores e símbolos e, no processo político, buscarem ampliar a integração desses valores e símbolos aos desejos da população. O governo representativo preconiza a solução dos conflitos com base no “interesse comum no bem-estar do todo”. Para tanto, os partidos políticos passam a dar significado às diversas demandas, reunindo-as numa formulação de “bem geral”, não se restringindo a representar apenas os interesses dos seus correligionários (URBINATI, 2006).

Referências

- ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. A reforma da representação. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 [1951].
- FLEISCHER, David (org.), **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília. Editora da UNB, 1981.
- KINZO, Maria D’Alva. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.
- LA PALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron. **Political parties and political development**. Princeton, 1966.
- LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- MAINWARING, Scott. Brasil: Weak Parties, Feckless Democracy. In: MAINWARING e SCULLY (ed.). **Building Democratic Institutions**. Party Systems in Latin America, Stanford UP: 1995.
- MANIN, Bernard, As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, 1995.
- MENEGUELLO, Raquel. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985/1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: ed. UNB, 1982.
- MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18 n.51, fev., 2003.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Trad. Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982].
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UNB, 1982.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à Sociologia Política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

SOARES, Gláucio, **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo:Difel, 1973.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo, nº. 67, p. 191-228, 2006

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1999, p. 544, 2 vol.(1ª. Edição em alemão 1922)